

DEFICIÊNCIA E UNIVERSIDADE: sobre as condições de trabalho de professores universitários com deficiência

Fernanda Shcolnik

Doutora em Literatura Comparada (UERJ). Professora do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ). Coordenadora do projeto Deficiência e Universidade: Estratégias de Acolhimento e Políticas de Inclusão na Comunidade Acadêmica (PROATEC/Uerj)

Ana Carolina Fernandes de Lima

Graduada em Pedagogia (UFRJ). Bolsista do projeto Deficiência e Universidade: Estratégias de Acolhimento e Políticas de Inclusão na Comunidade Acadêmica (PROATEC/Uerj)

Resumo: No presente artigo, apresentamos os resultados preliminares do projeto de pesquisa Deficiência e universidade: estratégias de acolhimento e políticas de inclusão na comunidade acadêmica, contemplado com a bolsa PROATEC-UERJ em 2022. Tendo em vista as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência em todos os espaços sociais e, no campo da Educação, a atenção predominante às condições de estudantes com deficiência nos ambientes escolar e universitário, invisibilizando a atuação profissional de pessoas com deficiência nestes espaços, a pesquisa apresenta como objetivo investigar as lacunas existentes nas instituições de ensino superior no que tange ao trabalho e à atuação de professores universitários com alguma deficiência. Aplicando a metodologia da pesquisa narrativa, apresentamos os primeiros resultados a partir do levantamento das fontes existentes sobre o tema e de um relato de experiência de uma professora universitária com deficiência. Com base nesse relato e nas fontes encontradas, foi possível constatar algumas das barreiras enfrentadas por professores com deficiência no espaço acadêmico e a necessidade de se pautarem, urgentemente, políticas de acolhimento e inclusão para que se construam ambientes verdadeiramente democráticos nas universidades brasileiras.

Palavras-chave: Deficiência; Universidade; Trabalho docente; Acessibilidade; Inclusão.

DISABILITY AND UNIVERSITY: ABOUT THE WORKING CONDITIONS OF UNIVERSITY PROFESSORS WITH DISABILITIES

Abstract: In this article, we introduce the preliminary results of the research project “Disability and university: reception policies and inclusion strategies in the academic community”, contemplated with a PROATEC-UERJ scholarship in 2022. In view of the difficulties faced by disabled people in all social spaces and, in the educational area, the predominant attention to the conditions of disabled students at the school and university environments, making the professional performance of people with disabilities invisible in those spaces, the research introduces, as an objective, the investigation of the existing gaps in the higher educational institutions, related to the work and performance of university professors with disabilities. Using the narrative research methodology, we introduce the first results that originated from the survey of existing sources on the topic, as well as the report about the experience of a disabled university professor. From this report and the sources found, it was possible to verify some barriers faced by disabled professors in the academic space and the need to establish reception and inclusion policies, in order to build truly democratic environments in the Brazilian universities.

Keywords: Disability; University; Teaching work; Accessibility; Inclusion.

Introdução

Neste artigo, apresentamos os primeiros resultados da investigação sobre as condições de trabalho de professores com deficiência em universidades. A pesquisa se dá no âmbito do projeto Deficiência e universidade: estratégias de acolhimento e políticas de inclusão na comunidade acadêmica, coordenado pela professora Fernanda Shcolnik (CAp-UERJ) e contemplado com uma bolsa PROATEC (UERJ) em 2022.

O projeto surge com a experiência de sua coordenadora como professora universitária com deficiência visual e as barreiras encontradas para a plena realização das atribuições do cargo, em função da ausência de uma política de inclusão na Uerj. A partir dessa experiência, foram buscados materiais científicos a respeito e pudemos constatar a escassez de investigações sobre o tema, já que a maior parte de trabalhos tem como objeto de pesquisa a situação dos estudantes com deficiência, invisibilizando professores com deficiência que atuam em escolas e universidades.

Assim, entre outras atividades, o projeto inclui a pesquisa sobre a realidade da atuação de professores universitários com deficiência, tendo como objetivos compreender as particularidades e necessidades do trabalho de professores com deficiência e, a partir de dados concretos, provenientes de relatos de experiência, mapear as lacunas de acessibilidade existentes nas universidades. O projeto prevê, ainda, a apresentação de propostas de intervenção que vislumbrem a implementação de políticas de inclusão no ambiente acadêmico.

Parte importante da pesquisa será a coleta de dados de uma experiência de trabalho com acessibilidade. Esta será realizada por meio do registro da experiência de trabalho apoiado da coordenadora do projeto, a partir da colaboração de bolsistas, que desempenharam o papel de profissionais de apoio. A professora fornece, também, uma exposição das barreiras e dificuldades encontradas na universidade para a realização plena e com autonomia de suas atribuições como docente universitária.

Dado que a pesquisa se encontra em curso, não tendo entrado na etapa de entrevistas com outros professores, apresentamos, neste artigo, o registro da referida vivência de trabalho da professora que coordena o projeto, bem como o levantamento bibliográfico de fontes que continham os registros de informações sobre o trabalho de professores com deficiência.

Antes, traçaremos um breve panorama do percurso histórico do lugar social das pessoas com deficiência, bem como a quantificação dessa população no Brasil e seus direitos no acesso ao trabalho.

As pessoas com deficiência na história

O artigo “As pessoas com deficiência na história do mundo” (GARCIA, 2011) demonstra que, ao longo da história da humanidade, pessoas com deficiência foram excluídas e marginalizadas da vida social, tendo negado o próprio direito à vida na Grécia e Roma antigas, passando, pouco a pouco, a ser tratadas com políticas de assistencialismo, alheias a qualquer direito de participação política e social. Ao historicizar a transição do modelo médico para o modelo social da deficiência, Débora Diniz (2007) relata o quanto corpos com deficiência foram alijados de exercer sua cidadania e seus direitos básicos, separados da sociedade dita normal, pelo confinamento em instituições como clínicas e hospitais onde permaneciam em estado de solidão e sem direito a voz, impedidos de fazerem escolhas sobre suas próprias vidas.

Como informa Diniz (2007), em um momento de hegemonia das ciências médicas e biológicas, tendo em vista sua ascensão e vigência no século XIX, a deficiência era associada à doença, sendo de responsabilidade das ciências médicas. Desse modo, as pessoas com deficiência eram segregadas da vida social, mantidas em abrigos e centros de reabilitação, sob os cuidados de profissionais ligados à área médica e sem a oportunidade de inclusão e participação social. O chamado modelo médico da deficiência é marcado, portanto, pela patologização do corpo deficiente. Nesse contexto, pessoas com deficiência não eram consideradas pessoas, mas tratadas como incapazes de participar da vida social em função de suas limitações.

Na década de 1970, no Reino Unido, um grupo de pessoas com deficiência física, através da Upias, Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação – primeira organização política de pessoas com deficiência –, coloca-se publicamente contra a hegemonia do modelo médico, denunciando a condição de isolamento em que viviam e se organizando em torno da reivindicação de participação na vida social e na construção de políticas públicas que contemplassem as pessoas com deficiência. Estes ativistas teorizaram o chamado modelo social, que, em oposição ao modelo médico, proclamava que a origem do impedi-

mento à efetiva participação social e política das pessoas com deficiência estava na interação de seus corpos com as barreiras existentes nos mais diversos espaços e dinâmicas de organização social, e não nas lesões de seus corpos. Com base no materialismo histórico-dialético, deslocam a ênfase das lesões corporais para a configuração dos espaços na sociedade capitalista, que não apenas produz deficiência, em decorrência da superexploração do trabalho, mas oprime e exclui corpos desviantes quanto à normatividade estética e corporal vigente. Dentro dessa lógica, a pessoa com deficiência é desconsiderada, já que representa a diversidade humana diante de uma corponormatividade homogeneizante. Além disso, pela lógica do capital, em que o valor de uma pessoa é medido por sua capacidade produtiva, as pessoas com deficiência eram desconsideradas como pessoas capacitadas a trabalhar, sendo, portanto, jogadas para a margem do processo produtivo.

Com o advento do modelo social, a sociedade é desafiada a adequar seus valores e espaços a corpos que sempre considerou improdutivos, de modo a garantir as condições necessárias para que as pessoas com deficiência participassem das dinâmicas sociais, sendo incluídas nos ambientes escolares e no mundo do trabalho e tendo acesso à saúde e educação.

Posteriormente, a partir dos anos 1990, teóricas feministas, com destaque para Jenny Morris e Eva Kittay, apontaram limitações no modelo social, por desconsiderar, no caso de deficiências mais severas, a necessidade do cuidado para que se concretize a inclusão. Trata-se de casos em que a autonomia não tem como ser plena sem a intervenção humana, o que aponta para a urgência de se pautar a construção de políticas públicas do cuidado, enfatizando, ainda, a necessidade de se pensar o conceito de interdependência no debate e na luta por inclusão. A grande contribuição de teóricas feministas foi o alerta de que a reivindicação de uma política pública do cuidado deve, portanto, caminhar lado a lado com a luta por garantia de acessibilidade, tendo em vista a efetiva inclusão da pessoa com deficiência, em sua diversidade, em todas as áreas da vida – incluindo-se as esferas pública e privada.

Esse panorama histórico e a cronologia dos avanços do movimento social das pessoas com deficiência permitem embasar a reivindicação por equidade nas universidades, à medida que fornece uma série de elementos concernentes às condições específicas necessárias para se garantir a autonomia de pessoas

com deficiência em todas as esferas da vida e, conseqüentemente, sua permanência com dignidade em seus espaços de trabalho.

A realidade atual: avanços e desafios

De acordo com o relatório *Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil* (IBGE, 2022), em 2019, havia 17,2 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no país. Mas qual o lugar social dessas pessoas no contexto histórico atual? O mesmo relatório, que analisou dados da Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2019), informa que, também em 2019, a taxa de participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho era de 28,3%, enquanto a de pessoas sem deficiência era de 66,3%.

Uma das barreiras para a entrada de pessoas com deficiência no mercado de trabalho consiste em problemas atitudinais por parte dos empregadores e recrutadores, que se mostram resistentes a contratação de profissionais com deficiência e, quando o fazem, é, majoritariamente, para cumprir a lei de cotas. Trata-se da Lei 8.213/1991 (BRASIL, 2015), que garante a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos concursos e em processos seletivos. No entanto, mesmo com uma política afirmativa de mais de 30 anos, pessoas com deficiência ainda não têm assegurado o direito ao trabalho, como evidenciado pelas estatísticas.

Esses dados apontam para a alarmante realidade de uma retroalimentação da dinâmica do capacitismo – discriminação de pessoas com deficiência –, já que esse tipo de discriminação é, predominantemente, o causador da exclusão das pessoas com deficiência do mundo do trabalho, ao passo que essa mesma exclusão, expressa na resistência a contratá-las, as mantém fora desse espaço, consolidando a falsa ideia – e, ainda, hegemônica – de que pessoas com deficiência não teriam capacidade para ocupar cargos, exercer funções e desempenhar tarefas nas mais diversas áreas.

Em contrapartida, há dados sobre a baixa qualificação das pessoas com deficiência, os quais registram que quase 70% delas não têm ensino fundamental completo (LEAL, 2021). Estes números são reflexo da exclusão dessa população do acesso à educação. Com a recente vigência da educação inclusiva e a política de cotas para pessoas com deficiência nas universidades, espera-se uma mudança nesse cenário, mas é preciso enfatizar a necessidade

da garantia de estrutura adequada e da fiscalização sobre as condições de permanência dos estudantes com deficiência em escolas e universidades.

Assim como nos referidos espaços de educação formal, o processo de inclusão de pessoas com deficiência em seus ambientes de trabalho envolve, para além de seu ingresso, a necessidade de providenciar acessibilidade e adaptações necessárias para a permanência destas pessoas em seus cargos. A esse respeito, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), também chamado Lei Brasileira de Inclusão, traz um capítulo que versa sobre os direitos das pessoas com deficiência no âmbito do trabalho. Nele, especifica a obrigatoriedade da garantia das condições necessárias para a inserção desses trabalhadores. Esse direito está contemplado no artigo 34º, que postula:

A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos. A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor. É vedada a restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena. A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, formação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados. É garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade e cursos de formação e de capacitação. (BRASIL, 2015)

A despeito do importante dispositivo legal mencionado, o capacitismo historicamente consolidado ainda impõe uma realidade marcada por adversidades e violações aos direitos conquistados. No intuito de compreender a realidade concreta das condições de trabalho de professores universitários com deficiência, foram levantadas algumas fontes, que apresentamos na sequência, seguidas do relato de experiência de uma das autoras deste artigo.

O exercício da profissão docente por pessoas com deficiência: espaço de opressão e de luta

Na investigação sobre o exercício da profissão docente por pessoas com deficiência, pudemos constatar uma série de barreiras enfrentadas por esses profissionais. A sociedade excludente e estruturalmente capacitista em que vivemos determina um mundo marcado pela falta de acessibilidade, e, na universidade, essa conjuntura se reflete na ausência de políticas institucionais que garantam o pleno exercício da profissão docente em igualdade de condições com as demais pessoas.

Exemplo concreto está registrado na matéria “Te-rei que diminuir frentes de trabalho se não houver uma revolução na UFES: professor e PCD, Douglas Ferrari denuncia a exclusão provocada pela falta de acessibilidade na universidade”, publicada no portal Século Diário em julho de 2022. A reportagem mostra os obstáculos enfrentados pelo professor Douglas Ferrari, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, que tem deficiência visual. O professor destaca as barreiras presentes nos sistemas digitais internos da universidade, que comprometem e até inviabilizam sua participação em editais de projetos, impactando diretamente o exercício de sua função como pesquisador. Ferrari relata que:

Devido à dificuldade de enxergar, já que tem somente 30% da visão no olho esquerdo e 5% no direito, [...] cadastrou seu e-mail errado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG). Por causa disso, não recebeu um e-mail comunicando sobre as datas para envio de avaliação de sub-projeto de Iniciação Científica. O cronograma consta nos editais, mas sua deficiência faz com que tenha dificuldade para lê-los. Assim, acabou perdendo o prazo para envio, não podendo concorrer este semestre nem no semestre que vem, o que fará seus orientandos perderem as bolsas do projeto já em andamento. (GOBBO, 2022)

A falta de acessibilidade digital costuma afetar de modo significativo as pessoas com deficiência visual, e é o problema que aparece com maior destaque no relato do professor, que explica que

tem acesso, por exemplo, ao Portal dos Professores, onde, entre as atividades a serem executadas, está o registro das notas dos alunos. Entretanto, não consegue utilizar direito. “As plataformas não são acessíveis às pessoas com deficiência”, diz, destacando que isto acontece em

vários outros portais, como os de protocolo e o site oficial da UFES, onde só consegue ter acesso aos destaques. Ele também não consegue ler as resoluções para progressão, tem dificuldade para envio online da documentação e não consegue acompanhar os processos. (GOBBO, 2022)

Outro aspecto relevante no relato de Ferrari são as consequências da falta de acessibilidade em sua saúde física e mental, o que o levou a receber orientação médica para que evitasse acumular frentes de trabalho. Ele afirma, ainda, que a UFES conta com Núcleo de Acessibilidade, que chegou a criar um Plano de Acessibilidade que contava com a acessibilização de calçadas e a promoção de cursos de formação para professores, mas o plano nunca foi executado.

O artigo “A função docente e o professor com deficiência visual” (DOMINGO, 2018) apresenta alguns dos obstáculos enfrentados por esses profissionais. Nele, Elisabete Marcelino Domingo, autora e também professora com deficiência, destaca dificuldades desde o percurso de sua casa à instituição de ensino até os processos específicos da atuação dentro e fora da sala de aula, demonstrando a extensão e complexidade das questões concernentes à inclusão de professores com deficiência em seus ambientes de trabalho.

Ela enfatiza o processo de familiarização com o espaço físico e as dependências da instituição, a necessidade de adaptação de materiais e recursos didáticos a serem utilizados e o fato de, muitas vezes, o professor com deficiência visual depender de outras pessoas para realizar suas funções. Como afirma Domingo: “os professores com deficiência visual, para cumprirem o seu dever de corrigir trabalhos, são obrigados a socorrer-se da preciosa ajuda dos amigos, ou então, muitas vezes têm que pagar a quem lhes leia os testes, fichas e trabalhos [...]”.

Também são destacadas as especificidades na própria relação entre professor e aluno e entre ele e seus pares, que muitas vezes praticam discriminação, o que evidencia a presença do preconceito com pessoas com deficiência, materializado em falas que demonstram a clara relação entre deficiência e incapacidade. Esse fato aponta para a complexidade do problema, visto que a inclusão não consiste somente em recursos materiais, dependendo, também, do fator atitudinal, que implica uma transformação radical nas mentalidades e no imaginário social sobre a deficiência.

A pesquisa-narrativa como espaço para vozes com singularidades

Os sujeitos têm experiências múltiplas, eles podem viver o mesmo evento em seus cotidianos, porém, seus relatos sobre esse evento serão singulares. As pessoas com deficiência também relatam suas multiplicidades cotidianas. Ao pensarmos em como transmitir as experiências de forma rica e que valorizasse a voz dos sujeitos, era essencial que a metodologia trouxesse esse olhar sensível e estimulante. Por essas razões, encontramos na pesquisa narrativa a chave para acessar as experiências dos docentes com deficiência.

A pesquisa narrativa possibilita que as experiências sejam enaltecidas e potencializadas. Não se trata, aqui, de sobrepor um método a outro, mas de propor uma forma diferente de se estudarem as pluralidades dos sujeitos e suas histórias de vida.

De acordo com Moraes (2000):

A narrativa não é um simples narrar de acontecimentos, ela permite uma tomada reflexiva, identificando fatos que foram, realmente, constitutivos da própria formação. Partilhar histórias de vida permite, a quem conta a sua história, refletir e avaliar um percurso compreendendo o sentido do mesmo, entendendo as nuances desse caminho percorrido e reaprendendo com ele. E a quem ouve (ou lê) a narrativa, permite perceber que a sua história entrecruza-se de alguma forma (ou em algum sentido/lugar) com aquela narrada (e/ou com outras); além disso abre a possibilidade de aprender com as experiências que constituem não somente uma história mas o cruzamento de umas com as outras. (MORAES, 2000, p. 81)

Dado que pessoas com deficiência têm sido impossibilitadas de expor suas experiências, permanecendo silenciadas através da história, o uso da pesquisa narrativa possibilita tanto que suas falas nos atravessem, quanto que possam pôr suas perspectivas em evidência. Ao ouvir as histórias de nossos conversantes, podemos reviver nossas próximas experiências e sermos transpassadas pelo psíquico e físico do outro. É um aprendizado, que vai para além de amostragens e perspectivas mais rígidas. No “como os indivíduos ensinam e aprendem, no como a temporalidade (contextualizando tudo em relação ao tempo) conecta-se com a transformação e aprendizagem e no como às instituições interferem em nossas vidas” (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p. 29).

Desse modo, colocamos em prática o referido método, não hegemônico, que consideramos adequa-

do ao registro de relatos de experiência e de enaltecer vozes de sujeitos que, muitas vezes, têm esse espaço negado. Principalmente, em locais em que o cientificismo clássico determina as lacunas do que pode ou não ser considerado legítimo. “A negação da subjetividade biográfica, isto é, do potencial científico de cada narrativa, é um problema metodológico, que pode ser entendido como o problema do grau da representatividade de uma biografia.” (SANTOS; GARMS, 2014, p. 4.095).

Exclusão e desafeto na universidade: relato de uma professora com deficiência

Na reflexão constante possibilitada pela pesquisa narrativa, esta seção do presente artigo se fundamenta na experiência de uma conversante que faz parte do grupo. Uma professora com deficiência de uma universidade pública, que propõe um diálogo sobre a sua chegada à instituição em que trabalha. Por ser autora e pesquisadora, mas também objeto do projeto “Deficiência e universidade”, optamos, aqui, por apresentar este relato como narrativa em 1ª pessoa, jogando luz sobre vivências cotidianas em sua rotina como professora com deficiência na universidade.

Sou pessoa com deficiência visual, formada em Letras e, desde 2019, professora de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto de Aplicação.

A primeira barreira com que me deparei ao chegar na universidade aconteceu em meu exame admissional, no Departamento de Saúde. Na ocasião, realizei os procedimentos necessários, sendo examinada por profissional médica responsável, tendo que retornar tempos depois para buscar a documentação final. A médica informou que a documentação entregue por mim, assim como meu exame médico, estavam corretos e que não havia nenhum problema.

No entanto, ao retornar para buscar a documentação que comprovaria minha aptidão para assumir o cargo de professora, havia outra profissional médica no local, e ela precisava assinar os papéis com o relatório final. Ao notar que eu era uma pessoa com deficiência, a médica recusou-se a assinar os documentos, pois outra profissional, e não ela própria, tinha me examinado e seria incerto, para ela, se deveria aprovar-me como apta para assumir as funções. Surpreendida com tais alegações, já que tenho conhecimento de outros professores com deficiência em diferentes instituições de ensino, informei-a sobre

meus direitos e sobre a ilegalidade de tal ato, mas tive que retornar novamente em outra data para pegar a documentação. Se eu esperava que o ambiente universitário seria democrático, igualitário e não capacitista, tive, mais cedo do que esperava, a prova de que as barreiras atitudinais estavam presentes ali. A partir daí, novos obstáculos, de outras ordens, surgiram em minha rotina de trabalho.

Como se sabe, o cargo de professora efetiva de uma universidade implica o desenvolvimento de um trabalho embasado no tripé ensino-pesquisa-extensão. O cumprimento destas tarefas implica uma série de relações institucionais, desde parcerias com nossos pares até a inserção de projetos para cuja oficialização é necessário lidar com uma série de processos institucionais. Há também a presença de VARIADOS assuntos trabalhistas concernentes ao setor de Recursos Humanos e as normas e demais informações relevantes sobre a rotina da universidade. Todas estas informações e procedimentos são realizados através de meios de comunicação e sistemas digitalizados, o que, por um lado, permitiria o acesso a professores com deficiência visual, mas, por outro, pode constituir elemento impositivo de barreiras ao trabalho, dado que certos formatos de mídias digitais e recursos como gráficos e tabelas não são legíveis com leitores de tela, dispositivos utilizados por pessoas com deficiência visual para o acesso a textos em meios digitais.

É neste contexto que me deparei com novas barreiras na universidade, que, desta vez, afetariam diretamente a viabilidade de realizar tarefas do cotidiano docente. Os avisos sobre situações as mais diversas, relativas à vida universitária, são enviados por e-mail, mas nem sempre são confeccionados de modo acessível – demandando o auxílio de terceiros, por conta própria, o que acaba sendo feito de modo informal, sendo problemática a necessidade de solicitar, cotidianamente, a pessoas da família ou colegas da universidade que façam a leitura ou transcrição de informações concernentes a meu trabalho.

Outro aspecto que precisa ser destacado diz respeito a atividades diretamente relacionadas ao cotidiano do trabalho de ensino. Um deles insere-se no contexto dos sistemas digitais. Dado que minha unidade de atuação na universidade é o Instituto de Aplicação, realizo meu trabalho docente não apenas na graduação, mas também na educação básica, na qual se situa o trabalho de campo dos estagiários dos

cursos de Licenciatura. Este fato gera algumas especificidades, uma delas sendo a realização de avaliações PELOS estudantes de forma manuscrita. No entanto, a leitura de materiais não digitalizados por pessoas com deficiência visual severa é possível apenas com um profissional leitor. De outro modo, configura-se em mais uma barreira.

Deparando-me com tais obstáculos, busquei, por meios institucionais, o suporte necessário para suprir minhas demandas de trabalho, e o que encontrei foi a falta de estrutura e até de conhecimento de possíveis resoluções do problema. Em minha unidade de trabalho, recebi a orientação para que procurasse o setor de saúde da universidade. Ao fazê-lo, fui informada de que a responsabilidade seria da gestão de minha unidade de trabalho. Diante do impasse, me foi sugerido que submetesse um projeto a algum edital pelo qual pudesse conseguir um bolsista. Ora, como podem as necessidades específicas de um professor com deficiência FICAR a cargo de uma bolsa cuja finalidade é outra, e não o apoio a pessoas com certas necessidades? Como pode uma pessoa com deficiência depender de uma bolsa de validade temporária que não tem garantia de ganhar, tampouco de que seja renovada, em caso de sua concessão?

Após trabalhar, nos primeiros anos, com o auxílio informal de terceiros e até mesmo pagando pessoas não necessariamente capacitadas para desempenharem o papel de ledoras nas correções de avaliações da educação básica, bem como no preenchimento de formulários semestrais de declaração de atividades realizadas na carga horária e formulários de meu estágio probatório, verificando a carência de atendimento adequado como trabalhadora com deficiência desta universidade, idealizei o projeto “Deficiência e universidade”, no intuito, como já referido, de investigar as lacunas existentes nas universidades, no que tange ao atendimento de demandas de trabalho de professores com deficiência. Graças a isto, hoje tenho condições de realizar a pesquisa e, paralelamente, de obter suporte técnico ao meu trabalho, o qual, conforme referido, também se tornou parte da investigação em curso.

Entretanto, a despeito do fato de ter minhas demandas de trabalho atendidas neste momento, não se pode ignorar o quão problemática é esta prática, dado que o trabalho apoiado de uma pessoa com deficiência é um direito, e a não concessão dos recursos necessários a estes trabalhadores configura a violação do mesmo.

Além de se tratar de uma questão trabalhista, há a problemática da adoção de um bolsista como recurso para o atendimento das demandas colocadas. Para além do problema, já apontado, a respeito do caráter incerto sobre a garantia de se ter um bolsista realizando certas tarefas, que precisam ser cumpridas de modo permanente, há claras implicações éticas no procedimento. Tais questões precisam ser expostas, vistas e debatidas de modo sério e urgente, para que se possam construir soluções efetivas do ponto de vista técnico e ético.

“Considerações finais”: términos que são entrelaçados por começos

Como este artigo está atrelado ao início de uma pesquisa, salientamos que as considerações finais permanecem abertas, como espaço inacabado de um processo ainda em curso, desmanchando-se em caminhos para conversas contínuas. Entretanto, as constatações quanto aos desafios estruturais de professores com deficiência são factuais.

Tecemos, neste trabalho, as reflexões a respeito de como esses profissionais precisam de suporte técnico, acolhimento, disponibilidade de atendimento e de políticas internas para seu trabalho cotidiano, e salientamos a importância de esses sujeitos serem ouvidos e terem sua narrativa considerada e enaltecida.

Como vimos nos relatos registrados, a experiência de professores com deficiência em universidades é marcada pela violação de direitos, e a ausência do atendimento de suas demandas os leva a trabalhar na precariedade, alçando suas deficiências, características desses corpos, a um estatuto marcado pela limitação, tolhendo a força de suas potencialidades como sujeitos e cerceando sua própria atuação docente de forma desigual em relação a professores sem deficiência.

Diante desse cenário, pretendemos, daqui para frente, dar continuidade a esta investigação, aprofundando-a, por meio da escuta de vozes mais diversas. Acreditamos que estas poderão tornar possível alargar nossa compreensão e o acesso a vivências ainda encobertas pelo desconhecimento, mas que esperamos poder possibilitar a construção de um conjunto de propostas de intervenção no rumo da construção de uma universidade plural e democrática.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146/2015, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 30 mar. 2023.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. 89 p.

DOMINGO, Elisabete Marcelino. A função docente e o professor com deficiência visual. **Sobre a deficiência visual**. Textos didáticos. Portugal, 2018. Disponível em: http://www.deficienciavisual.pt/text-A_funcao_docente_e_prof_DV.htm#2 Acesso em: 25 mar. 2023.

GARCIA, Vinícius Gaspar. **As pessoas com deficiência na história do mundo**. 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com> Último acesso em: 13 out. 2019.

GOBBO, Elaine Dal. Terei que diminuir frentes de trabalho se não houver uma revolução na UFES. *Século Diário*. 28 jul. 2022. Disponível em <https://www.seculodiario.com.br/direitos/tereique-diminuir-frentes-de-trabalho-se-nao-houver-uma-revolucao-na-ufes>. Último acesso em: 25 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil**. Brasil: IBGE, set. 2022.

LEAL, Arthur. Quase 70% das pessoas com deficiência no Brasil não concluíram o Ensino Fun-

damental e apenas 5% terminaram a faculdade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 ago. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/direitos-humanos/quase-70-das-pessoas-com-deficiencia-no-brasil-nao-concluíram-ensino-fundamental-apesnas-5-terminaram-faculdade-25170593>. Último acesso em: 31 mar. 2023.

MORAES, Ana Alcídia de Araújo. **Histórias de leitura em narrativas de professoras: alternativa de formação**. Manaus: Univ. do Amazonas, 2000.

SANTOS, Héllen Thaís; GARMS, Gilza Maria Zauhy. Método autobiográfico e metodologia de narrativas: contribuições, especificidades e possibilidades para pesquisa e formação pessoal/profissional de professores. In: CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2.; CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 12. 7 a 9 de abril de 2014. Águas de Lindoia. **Anais 2...** São Paulo: UNESP; PROGRAD, 2014. p. 4.094-4.106. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/141766?locale-attribute=en>. Último acesso 28 mar. 2023.